

... Cadernos :: edição: 2000 - Nº 16 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**

QUE-FAZER COLABORATIVO: estruturando práticas educativas no contexto da educação básica do campo

Everton Fêrrer de Oliveira
Eliza da Costa Guandet
Claiton José Grabauska

Odilane dos S. De Bortoli/Celso Hences/Célia M. L. Giotti/Andrea T. S. Persio

Este trabalho processa-se na investigação e colaboração educacionais no contexto das escolas públicas de assentamentos de reforma agrária. A meta é estabelecer ações no cotidiano da escola, com vistas ao fortalecimento da formação e escolarização dos sujeitos envolvidos, aprimorando entendimentos na superação de situações-limites presentes na realidade educacional.

Localizando nossas ações

Começamos a formar o grupo colaborativo (autores deste trabalho), no ano de 1998. Em uma visita aos técnicos do Projeto de Assistência Técnica LUMIAR -- RS/INCRA, tivemos uma aproximação com a comunidade de professores da localidade Assentamento Conquista da Fronteira. Inicialmente, estes sujeitos, educadores, ao saberem da presença de "gente da universidade", solicitaram uma conversa informal sobre possíveis ações que auxiliassem em suas práticas. Após o encontro, convocaram-se os integrantes do grupo de investigação educacional da UFSM para elaboração de planejamentos junto a esta comunidade.

Contávamos com aproximadamente 40 pessoas, entre acadêmicos e professores, com e sem formação específica para o ensino. Optamos por uma dinâmica de trabalho de encontros quinzenais, denominados de Seminários de Formação, utilizando-os para investigarmos estratégias para o trabalho educativo e alternativas que contribuíssem na formação/escolarização dos educadores-leigos em serviço.

Após a realização do primeiro seminário (final de abril de 98), tivemos contato com o edital do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Nossas expectativas aumentaram e pensávamos expandir nossas ações, em busca de formação e qualificação profissional no contexto das escolas públicas dos assentamentos de reforma agrária. Durante dois dias, mantivemos contatos para montar a proposta, enviando dados e pareceres via infoway. O edital do PRONERA foi ao encontro daquilo em que acreditávamos, quando nos propusemos ao trabalho em equipe. Pois o PRONERA, em seus fundamentos, menciona:

"a orientação de pressupostos teórico-metodológicos coerentes com a educação popular a serem instaurados pelas equipes sob o foco de dois elementos básicos: um caráter sistemático, envolvendo planejamento, execução e avaliação do processo pedagógico, dentro de uma perspectiva de pesquisa-ação/ação reflexiva e um caráter intencional, que supõe uma direção política a favor de uma melhoria das condições de vida do assentado" (PRONERA, 1998:25, grifos nossos).

Esta passagem, retirada do manual referido, reflete as ações que o grupo de investigação-ação, baseado no PPGE/CE/UFSM, já realizava em outras escolas da rede pública, bem como, afirmava o que já havia sido estabelecido na dinâmica com os profissionais em busca de formação dos assentamentos.

A proposta, intitulada Construindo a Unificação entre Investigação e Ação - CUIA, foi aceita pelo comitê de avaliação do PRONERA. No entanto, os recursos para o início das atividades previstas no plano foram liberados somente no mês de setembro de 1999. Neste ínterim, o projeto sofreu reformulações, determinadas por diferentes interesses e intenções do setor de educação do MST e da equipe da UFSM. Estas reformulações acabaram por retirar os profissionais em busca de formação do foco investigativo e formador da proposta por eles construída. Após uma longa "negociação", acertamos a reformulação do plano. Os rumos haviam sido mudados. O projeto continuou existindo, os sujeitos que deram o "pontapé" inicial alimentavam (e alimentam) esperança de que, mesmo com as barreiras enfrentadas, as ações geradas neste trabalho promovam um grande desenvolvimento social, a partir das escolas do campo. Assim, paralelamente ao Projeto CUIA, desenvolvemos ações entre professores e estudantes da UFSM e de escolas do Assentamento Conquista da Fronteira.

Entendendo o processo investigativo colaborativamente

A interação, no contexto brevemente descrito, aproximou-nos do movimento "Por uma Educação Básica do Campo" que busca o envolvimento de educadores e educadoras na construção de um projeto

base do campo, que busca o envolvimento de educadores e educandos na construção de um projeto educacional viável ao ser humano do campo, encarando a educação como uma importante ferramenta para fortalecer um projeto popular de desenvolvimento para o país.

Isto nos fez perceber que o trabalho educativo exige a compreensão do conhecimento acumulado historicamente e que, de outro modo, nossas práticas serão desprovidas de qualquer conteúdo crítico e emancipatório. Entendemos que, para nós, educadores, conceber o projeto modificador do mundo significa aprender a fazer educação de forma diferente, agindo sobre o mundo de maneira informada - na dialética entre a ação e sua compreensão.

Aqui, fazemos referência ao conceito de consciência. VIEIRA PINTO (1960), expõe-se os conceitos de consciência ingênua e crítica, e suas interferências no processo educativo. Pois, para ser emancipador, o ato educativo precisa ser investigado e refletido pelos sujeitos que dele participam:

"De um lado, temos a consciência ingênua, que é a mais freqüente no pensamento social, que se coloca como obstáculo aos propósitos de transformação da sociedade, por não acreditar na mutabilidade dos padrões de valores já estabelecidos, e aceitar incondicionalmente as interpretações da realidade oferecidas pelos representantes da ideologia dominante. De outro, temos a consciência crítica que, pelas suas categorias de objetividade, historicidade, racionalidade, totalidade, atividade e liberdade, nos oferece as condições necessárias à construção de um projeto modificador das situações concretas da realidade. Assim, a nossa opção pela construção da consciência crítica dos sujeitos participantes do processo educativo, nos possibilita responder a seguinte questão: Em que medida a consciência dos fatores que condicionam os sujeitos em relação ('a consciência crítica', segundo VIEIRA PINTO, 1960), enseja uma mudança significativa nas relações e ações desses sujeitos? (NASCIMENTO e GRABAUSKA, 1998, p. 40; grifos nossos).

Neste sentido, ao nos assumirmos como um grupo colaborativo, disposto a aprendizagem coletiva, nossos horizontes aumentaram. Passamos a identificar nossas fraquezas e dificuldades no desenvolvimento do trabalho educativo. O comprometimento com as situações concretas de nossas vidas impeliu a investigação cotidiana das ações. Criamos uma sistemática como grupo que, dia-a-dia, ficou fortalecida -- todos passaram a questionar suas palavras, suas posturas. Crescemos no embate dialógico como investigadores.

Por isso, a análise das condições das situações históricas nos remete a uma constante reavaliação dos valores individuais. Impelindo a necessária reorganização e o descolamento dos pressupostos socialmente estabelecidos, das crenças e mitos acerca das "verdades" que constituem a realidade histórica e social em que nos situamos. Vivemos uma ideologia, no contexto do movimento social que é o MST, que se "perde na porteira" da escola ao confrontar-se com os domínios técnico e interpretativo, tão arraigados na educação, e que geram, muitas vezes, explicações "sobrenaturais", "mágicas", que não justificam as verdadeiras razões pelas quais se estabelecem as desigualdades sociais, dando a estas um ar de neutralidade. Hoje, compreendemos que

"Nenhum pensamento, nenhuma idéia, nenhuma 'reflexão' que tenham objeto e conteúdo podem ser completamente neutros. Nem mesmo as matemáticas! Elas não são neutras quando estão a serviço, quando entram na prática social, quando se prestam a uma pedagogia que se dirige a determinadas pessoas e não a outras, etc. Todo pensamento tem um conteúdo, um objeto. Ao mesmo tempo, é uma vontade, uma escola. Existe alguma proposição que não implique responsabilidade? Não existe. Quem pensa inocentemente? Ninguém" (LEFEBVRE;1975, p. 30; grifos nossos).

A saber, ainda, que:

"A ideologia é o meio pelo qual uma sociedade reproduz as relações sociais que a caracterizam. Considerada como corpo de idéias ou como mentalidade, é o resíduo cognoscitivo das práticas das relações sociais, culturais e econômicas que sustentam a sociedade. Dito de maneira mais dialética, a ideologia se cria e mantém através de processos definidos de trabalho, comunicação e tomada de decisões" (CARR & KEMMIS,1988, p.204; grifos nossos).

Desta forma, como investigadores ativos, comprometidos com nosso que-fazer, buscamos na crítica ideológica o esclarecimento dos entendimentos acerca das situações, identificadas pelos envolvidos numa investigação-ação, que não pode ter "caráter neutro". De acordo com CARR & KEMMIS (1988), identificar esses padrões institucionalizados da prática, que impedem a consecução de uma comunicação mais racional, decisões mais justas e o acesso a uma vida mais interessante e satisfatória para todos, deve ser a meta das comunidades educativas.

Teorias-guia do que-fazer colaborativo

A realização de nossas ações busca o desenvolvimento profissional, que é essencial aos educadores-educandos. Por isso, norteamos nossas ações em estudos e obras que privilegiam a ação humana na transformação das situações problemáticas que enfrentam as comunidades.

A intenção é mapear as referências adotadas, inicialmente, para entendermos as concepções fortalecedoras do aspecto teórico-prático que assumimos na prática educacional investigadora-ativa colaborativa. Não se tratam, portanto, de "teorias a serem aplicadas à prática", mas de referências para a ação, informando-a e sendo informadas por ela; por isto, teorias-guia. Propomos, como teorias-guia:

- Educação dialógica/problematizadora -- explícita nas obras Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1983 e 1997); sinteticamente, aponta para a exigência dos envolvidos investigarem seu que-fazer educativo, mapeando suas visões de mundo na concretização do ser mais.

- Educação Intercultural -- encontrada em Controvérsias em torno a la Educación Multicultural (AGUILAR, 1998) e Intercultura e movimientos sociais (FLEURI, 1998); justifica o interesse das ações nos contextos das comunidades, ou seja, busca, nas diferenças entre as culturas, os pontos de contato, o diálogo entre os diferentes. Queremos identificar aqueles pontos contraditórios presentes na dinâmica social. Pois acreditamos no potencial dialógico para minimizar as contradições e agir colaborativamente na busca de "ações culturais libertadoras" das peias da ignorância que, em nossa leitura, é desconhecimento.

- Investigação-Ação Educacional Emancipatória -- em Teoría Crítica de la Enseñanza: La investigación-acción en la formación del profesorado (CARR & KEMMIS, 1988); propõe a ação colaborativa, fundamental aos empreendimentos educacionais, como possibilidade de superação da irracionalidade, da injustiça, da alienação e da falta de auto-realização, adotando como objetos da investigação: os hábitos, as tradições, as estruturas de controle e as rotinas burocráticas, com o intuito de identificar os aspectos da educação vivida e que caracterizam a realidade concreta, permitindo-nos transformá-la. Para sistematização desta concepção investigativa, é necessário que se adotem formas também preocupadas com as transformações nas relações entre os sujeitos envolvidos em determinada ação. Assim, a utilização da dinâmica cíclica (planejamento-ação-observação-reflexão), proposta por LEWIN (1978), utilizada por KEMMIS & MACTAGGART (1988), pode ser considerada a espinha dorsal de um empreendimento educacional elaborado de acordo com esta concepção investigativa.

- Ciência -- sob o referencial da obra Ciência e Existência (VIEIRA PINTO, 1979) e Consciência e Realidade Nacional (volumes I e II, 1960), enfatiza-se a importância do fazer humano e a assunção da leitura crítica de nossas ações, para a construção da consciência crítica, como condição ao seu existir, a sua ação que transforma e produz culturas, produz ciência.

Sinalizando compromissos, potencializando a colaboração

Nossas dimensões são expandidas conforme nos instrumentalizamos na prática social. A preocupação em promover o desenvolvimento das nossas escolas dos assentamentos, rumo a práticas dialógicas e emancipadoras, assume a identidade do meio rural como ponto de partida efetivo, como realidade concreta, no contexto específico de um projeto popular de desenvolvimento do campo.

Por isso, o viés colaborativo em educação possibilita, aos sujeitos envolvidos, a construção de propostas democráticas e ligadas ao seu meio. Em nosso trabalho, estamos sempre inquirindo o sentido de nossas ações, que só começa a adquirir significado e importância quando socializado e compartilhado com os demais sujeitos. Em nossos encontros, temos como finalidade investigar, sistematicamente, nossas práticas escolares no empreendimento de ações colaborativas, na concretização de redes de investigadores ativos-críticos no espaço escolar formal. Buscamos, assim, resolver as dificuldades do que-fazer educativo, no contexto de uma sociedade em processo de transformação e redescoberta de valores, sinalizando para a emancipação dos sujeitos escolares frente aos ditames da irracionalidade de uma educação, essencialmente, de caráter bancário.

A investigação das práticas educativas vividas pelos sujeitos integrantes de processos, que se querem emancipatórios, no interior das comunidades de aprendizagem, orienta uma constante busca de ações construtoras de valores sociais justos e respeito pela vida.

No contexto sócio-educacional do campo, faz-se urgente a produção de pesquisas educacionais que apontem para uma visão crítica e problematizadora - o que implica a participação ativa dos sujeitos que atuam nesta realidade. Portanto, não queremos uma investigação sobre as escolas de assentamentos, mas com e para estas escolas. É que a concepção dialética precisa estar presente nestes trabalhos, não apenas com interesse transformador, mas como ação transformadora.

Por isso um projeto DO campo, coerente com os pressupostos até o momento apresentados precisa:

Compromisso da comunidade camponesa na construção e investigação de propostas que transformem as situações problemas. Identificando tais situações como reprodutoras e com ideais contraditórios às ações na perspectiva popular, ferindo os ideais de democracia, participação e coletividade;

- Assumir a condição de educandos em permanente formação, ou seja, na escolaridade dos camponeses e demais profissionais que atuam na realidade do campo;

- Agir colaborativamente, estabelecendo critérios que sejam permeados por ética, valores solidários e princípios pertinentes à prática educativa e, principalmente, aos planos propostos e definidos na comunidade escolar;

- Investigar a relação dos conteúdos com a vida, promovendo a importância da escolaridade aos sujeitos, desvelando o papel social que esta deve desempenhar.

O objeto que fornece os subsídios para a discussão acerca do fazer colaborativo, na busca da emancipação, não deve ser especificamente a prática de um determinado educador sob esse ou aquele aspecto, nem tampouco a abstração descomprometida/ingênua de retalhar, apenas, em conceitos tais fundamentos, mas sim a construção coletiva de um projeto que viabiliza, aos sujeitos, elaborarem seus próprios planejamentos de vida na perspectiva do "reingresso" e continuidade da escolaridade.

Neste sentido, nossas ações terão sucesso se os professores em busca de formação conseguirem atingir maiores patamares de escolarização formal. E, coerentemente com as teorias-guia antes mencionadas, sintam-se, como educadores-educandos, seres inacabados, em constante processo de formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEGG, I., DE BASTOS, F. P., DE OLIVEIRA, E. F. & GUANDET, E. C. **Investigação-Ação nas Escolas Públicas de Assentamentos de Reforma Agrária**. In: Atas da V Escola de Verão de Investigação-Ação Educacional. PPGE/CE/UFSM, Santa Maria, 18 a 21 de fevereiro de 1999.

AGUILAR, J. J. B. **Controversias en torno a la Educación Multicultural** [on-line] Disponível na internet via URL <http://www2.ucaes/heuresis/heuresis98/v1n2-3.htm> (Artigo retirado em agosto de 1998).

ANGULO, J. F. **Innovacion, Universidad e Sociedad Red**. Trabalho apresentado no IX ENDIPE, Águas de Lindóia, SP, 1998 (multicopiado).

CARR, W e KEMMIS, S. **Teoría Crítica de la Enseñanza: La investigación-acción en la formación del profesorado**. Barcelona, Martinez Roca, 1988.

DE BASTOS, F. P, DE OLIVEIRA, E. F. **Investigação-ação, educação dialógica e a problemática dos grupos minoritários na escola**. Revista Tempo de Ciência. UNIOESTE, Toledo, PR, 1999.

DE OLIVEIRA, E. F. et al **A interação dialógica a partir da realidade concreta na educação infantil e no ensino fundamental**. Congresso Internacional de Educação Paulo Freire: ética, utopia e educação. São Leopoldo, UNISINOS, 1998

FLEURI, R. M. (org.) **Intercultura e movimentos sociais**. Mover, NUP, Florianópolis, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, São Paulo, 1996.

KEMMIS, S. & MACTAGGART, R. **Cómo planificar la Investigación-Acción**. Laertes. Barcelona, 1988.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1975.

LEWIN, K. Pesquisa-ação e problemas de minoria. In: _____. **Problemas de Dinâmica de Grupo**. São Paulo, CULTRIX, 1978.

NASCIMENTO, C. R. do & GRABAUSKA, C. J. **Ciência, Consciência e Emancipação: aproximações na formação de professores**. In: Atas da IV Escola de Verão de Investigação-Ação Educacional. PPGE/CE/UFSM, Santa Maria, 26 de fevereiro a 01 de março de 1998.

MST. **Princípios da Educação no MST**. In: Caderno de Educação, nº 08, julho de 1996, Porto Alegre.

VIEIRA PINTO, A. **Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

[Cadernos :: edição: 2000 - Nº 16](#) > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**